

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.568.422 - DF (2019/0247440-1)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **O V DE M**
ADVOGADOS : **PEDRO INÁCIO MORAES DE OLIVEIRA - DF034538**
 DIOGO YAMAMOTO PAULO - DF038007
AGRAVADO : **B M T DE M**
ADVOGADO : **LÉO JUNIO DOS SANTOS GOUVEIA - DF054280**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO.

1. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.
2. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC.
3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
4. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
5. A incidência da Súmula 7 do STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido. Precedentes desta Corte.
6. Agravo conhecido. Recurso especial conhecido e não provido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por O V DE M contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 10/05/2019.

Concluso ao gabinete em: 01/10/2019.

Ação: de exoneração de alimentos ajuizada pelo ora agravante contra B M T DE M, na qual alega que está obrigado a pagar alimentos à esta, sua filha, em valor correspondente a 10% de seus rendimentos mensais brutos.

Superior Tribunal de Justiça

Aduz que a agravada já conta com 24 anos de idade, é advogada inscrita no OAB, possuindo capacidade de prover o próprio sustento. Ao final, requer a exoneração da obrigação alimentícia.

Sentença: julgou procedente o pedido para exonerar o agravante da obrigação de pagar alimentos em benefício da agravada.

Apelação: deu parcial provimento ao recurso de apelação interposto pela agravada para determinar o pagamento da pensão alimentícia pelo agravante por mais 3 (três) anos, de acordo com a seguinte ementa:

ALIMENTOS. EXONERAÇÃO. PRELIMINARES. INCOMPETÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. FILHO. MAIOR DE IDADE. CURSO SUPERIOR CONCLUÍDO. NECESSIDADES. CONDIÇÕES MÉDICAS. RECIPROCIDADE. ENTEADO. SOLIDARIEDADE FAMILIAR. RECIPROCIDADE. OBRIGAÇÃO. MANUTENÇÃO.

1. Afasta-se a alegada incompetência do juízo uma vez que a ação de alimentos não guarda relação de acessoriedade com a ação de exoneração, tampouco ambas se enquadram nas hipóteses de distribuição por dependência contidas no art. 286 do CPC.

2. Não há cerceamento de defesa quando os documentos juntados aos autos mostraram-se suficientes para a apreciação da lide, assim como para firmar a livre convicção do julgador.

3. O pedido de exoneração da pensão alimentícia deve ser acompanhado de prova inequívoca de modificação das necessidades daquele que recebe o benefício, conforme dispõe o art. 1.699 do Código Civil.

4. De acordo com a Súmula nº 358 do STJ, o cancelamento da pensão alimentícia de filho maior de idade não é automático, tendo em vista a imprescindibilidade de pronunciamento judicial a respeito.

5. Apesar de a alimentada ter atingido a maioridade, possuir nível superior completo e profissão em potencial, sua condição de saúde e os elevados custos com medicamentos (cerca de 70% por cento do valor recebido) justificam a manutenção da pensão alimentícia.

6. A obrigação alimentar deve ser mantida com modulação por prazo razoável, podendo ser extinta, antes desse prazo, se a alimentada conseguir inserção no mercado de trabalho.

7. Deve ser mantida a reciprocidade com relação à manutenção de enteado - custeio invocado pelo alimentante pedir a exoneração da pensão - , ambos com a mesma idade, para preservar a solidariedade familiar própria do grau de parentesco existente entre pai e filha.

Superior Tribunal de Justiça

8. Preliminares rejeitadas. Recurso conhecido e parcialmente provido.

Embargos de declaração: opostos pelo agravante, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 8º, 373, II, 489, § 1º, IV, e 1.022, I e II, do CPC/15, e dos arts. 1.635, III, 1.694 e 1.695, CC/02, bem como dissídio jurisprudencial. Além da negativa de prestação jurisdicional, sustenta que a agravada não demonstrou situação de necessidade ou que não consegue prover sua subsistência pelo trabalho. Defende que o poder familiar se extingue pela maioridade e a agravada está com 24 anos de idade, possuindo curso superior em direito.

Alega que a agravada não conseguiu demonstrar que necessita de medicamentos de uso contínuo, uma vez que não houve comprovação de seus gastos mensais com tal custo.

Por fim, aduz que o prazo de 3 anos fixado pelo Tribunal de origem para o pagamento de alimentos é desproporcional, sendo maior do que o seguro desemprego, que é de 5 meses. Assevera que a agravada possui condições de encontrar emprego em período de tempo menor do que o estabelecido.

Parecer do MPF: da lavra da Subprocuradora-Geral Maria Soares Camelo Cordioli, opina pelo provimento do agravo em recurso especial.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Da violação do art. 1.022 do CPC/2015

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte.

A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe

de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente acerca dos argumentos referentes à manutenção do pagamento e do valor da pensão alimentícia, pelo prazo de 3 anos, diante da ausência de modificação das necessidades da agravada (e-STJ fls. 501/508), de maneira que os embargos de declaração opostos pelo agravante, de fato, não comportavam acolhimento.

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/15, incidindo, quanto ao ponto a Súmula 568/STJ.

- Da violação do art. 489 do CPC/2015

Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado suficientemente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/2015.

Ademais, conforme entendimento desta Corte, *"se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada"* (AgInt no REsp 1.584.831/CE, DJe 21/6/2016).

- Da ausência de questionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 8º e 373, II, do CPC/15 e dos arts. 1.635, III, 1.694 e 1695, CC/02, indicados como violados, apesar da oposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

- Da Súmula 568/STJ e da Súmula 7/STJ

Superior Tribunal de Justiça

O TJDF, quanto à possibilidade de exoneração do pagamento de pensão alimentícia pelo agravante, concluiu o seguinte (e-STJ fls. 424/425):

13. A verba alimentar controvertida tem por fundamento a solidariedade familiar própria do grau de parentesco existente entre as partes, uma vez que o poder familiar cessou com a maioridade da alimentada.

14. Para acolher o pedido de exoneração da pensão alimentícia é imprescindível que haja prova inequívoca de modificação das necessidades daquele que recebe o benefício, conforme dispõe o art. 1.699 do Código Civil.

15. Esse entendimento encontra-se sedimentado neste Tribunal: Acórdão n.912288, 20140111560478APC, Relator: ANA CANTARINO, Revisor: FLAVIO ROSTIROLA, 3ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 16/12/2015, Publicado no DJE: 25/01/2016. Pág.: Sem Página Cadastrada.

16. De acordo com a Súmula nº 358 do STJ, o cancelamento da pensão alimentícia de filho maior de idade não é automático, já que requer pronunciamento judicial a respeito.

17. Na hipótese, o pai alega que a filha possui 24 anos de idade, já concluiu a faculdade e possui profissão (advogada inscrita na OAB/DF). Por isso, entende que a apelante tem condições de trabalhar e prover seu próprio sustento. Afirma que sustenta a si e a sua família atual: esposa, filhos menores em comum e o enteado, também de 24 anos (ID nº 6733163).

18. Para justificar a manutenção do pagamento da pensão alimentícia, a filha informa que foi diagnosticada com epilepsia (CID 10-G40.9) e espirometria sugestiva de obstrução e asma (CID J45), cujo tratamento acarreta-lhe gastos mensais. Apesar de ter inscrição ativa na OAB/DF, esclarece que está desempregada e atualmente estuda para concurso público.

19. O alimentante é Major do Corpo de Bombeiros do DF, com salário bruto de R\$ 20.712,47 (ID nº 6733123). O fato de ter outros filhos não inviabiliza o pagamento da pensão para a apelante, já que deve ser responsável pela criação de todos, sem distinção.

20. A alimentada concluiu o curso de Direito na Universidade Católica de Brasília (UCB) e foi aprovada no exame da Ordem dos Advogados do Brasil, motivo pelo qual possui inscrição ativa na seccional do Distrito Federal. Os laudos médicos de ID nº 6733138 e nº 6733139 atestam suas enfermidades.

21. A despeito dos pareceres médicos juntados aos autos revelarem que as doenças estão controladas, essa condição só foi alcançada com o uso adequado e contínuo de medicação, além do acompanhamento médico. A epilepsia é uma doença grave, que precisa de tratamento regular. A asma, também.

22. É sabido que o mercado de trabalho para advogados está saturado, razão pela qual a apelante busca qualificar-se para ingressar no serviço público (ID nº 6733141). Existem milhares de

advogados em situação idêntica, e isso é do conhecimento geral, dispensando provas documentais. A inscrição na OAB não significa renda líquida e certa. Depende-se de estrutura, de escritório, de clientes. Toda essa infraestrutura é inviável para uma jovem que sobrevive de uma modesta pensão e que não teve, ainda, a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho que o seu grau lhe permite. Certo é que ela não está no ócio confortável e nem seria isso possível com menos de R\$ 400,00 por mês.

23. Também não faz parte do grupo de "desalentados", que é o trabalhador que desiste de procurar emprego porque não consegue trabalho, ou não tem experiência, ou é muito jovem ou idoso, ou não encontra trabalho na localidade. Esforça-se, qualificando-se para obter uma colocação que lhe assegure viver e tratar da sua doença sem a pensão reivindicada pelo pai. A qualificação de bacharéis em Direito, após a graduação, para ingresso no mercado de trabalho, é experiência conhecida e vivida por muitos de nós.

24. Os custos com remédios estão indicados na tabela de ID nº 6733140, somam R\$ 830,13 mensais.

Outros gastos foram descritos na tabela de ID nº 6733142. O valor pago a título de pensão é de R\$ 1.213,10 (ID nº 6733123). Nenhum desses aspectos foi contestado.

25. Resta evidente a situação excepcional da alimentada, que necessita de auxílio financeiro para custear os remédios e, com isso, manter suas enfermidades sob controle. O patamar da pensão (10%) é condizente com as despesas da apelante e a capacidade do apelado.

26. No mesmo sentido é o Acórdão n.907898, 20130111651536APC, Relator: HECTOR VALVERDE, Revisor: ANA MARIA AMARANTE, 6ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 25/11/2015, Publicado no DJE: 01/12/2015. Pág.: 631.

27. Além disso, como o próprio apelado informou que auxilia financeiramente um enteado, que possui a mesma idade da apelante, 24 anos, também deve manter reciprocidade em relação a sua filha, que, comprovadamente, precisa da pensão alimentícia para complementar o pagamento dos gastos com a sua manutenção, em nítida solidariedade familiar.

28. Diante da comprovada necessidade alimentada e da possibilidade do alimentante de continuar arcando com os custos da pensão, a obrigação deve ser mantida, porém, modulada pelo prazo de 3 (três) anos, período razoável para que a apelante estabeleça-se profissionalmente, passando a tratar, por conta própria, das doenças que apresenta.

29. Poderá haver a exoneração se, antes do fim do prazo fixado no parágrafo anterior, a alimentada iniciar uma atividade remunerada que lhe assegure condições dignas, especialmente para manter as medicações necessárias para a estabilidade do seu quadro de saúde.

30. Fatos novos, a serem comprovados em processo

Superior Tribunal de Justiça

judicial autônomo, poderão justificar a fixação de outra pensão, após o esgotamento do prazo fixado no item anterior.

A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que *"A maioria civil, em que pese faça cessar o poder familiar, não extingue, modo automático, o direito à percepção de alimentos, que subjaz na relação de parentesco e na necessidade do alimentando"* (RHC 28566/GO, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/9/2010, DJe 30/9/2010).

Na mesma linha: RHC 79.070/DF, Terceira Turma, DJe 09/03/2017; HC 405.934/SP, Terceira Turma, DJe 31/08/2017; AgInt no AREsp 904.010/SP, Quarta Turma, julgado em 18/08/2016, DJe 23/08/2016; RHC 95.204/MS, Terceira Turma, DJe 30/04/2018; HC 446.409/SP, Terceira Turma, DJe 15/06/2018 e AgInt no REsp 1689450/SP, Quarta Turma, DJe 10/08/2018.

Desse modo, tendo em vista que o decidido no acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, o recurso não merece provimento.

Ademais, alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à necessidade da agravada de receber alimentos e a possibilidade do agravante de provê-los, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

- Da divergência jurisprudencial

A incidência da Súmula 7 desta Corte acerca do tema que se supõe divergente, impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgInt no AREsp 821337/SP, 3ª Turma, DJe de 13/03/2017 e AgInt no AREsp 1215736/SP, 4ª Turma, DJe de 15/10/2018.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e IV, "a", do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ,

Superior Tribunal de Justiça

CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão,
NEGO-LHE PROVIMENTO.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora

